

Marcelo Honorato

# CRIMES

# AERONÁUTICOS

4ª edição  
reformulada  
e atualizada

Análise criminal dos  
principais factos  
aeromacia da aviação  
comercial brasileira

Conforme  
Lei 13.964/2019 -  
Pacote anticrime

Lei 12.970/2014 -  
Lei da investigação de  
acidentes aeronáuticos

**Novos Capítulos**

Passageiro indisciplinado  
Terrorismo a bordo  
de aeronaves

Transporte aéreo  
clandestino (TACA)

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

*Copyright* © 2020 by Marcelo Honorato

Categoria: Direito penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

H774c

Honorato, Marcelo

Crimes aeronáuticos / Marcelo Honorato. – 4. ed. Reformulada e Atualizada. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
856 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 813-824.

ISBN 978-65-5510-193-5

1. Direito penal Brasil. 2. Direito aéreo. 3. Transporte aéreo.  
4. Acidente aeronáutico. 5. Medida de segurança. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Nota do Autor à 4ª Edição</b> .....	1
<b>Apresentação</b> .....	3

PARTE I:  
DIREITO PENAL AERONÁUTICO

<b>Capítulo 1 – Crimes Aeronáuticos</b> .....	9
1. Classificação dos crimes aeronáuticos .....	9
2. Crimes aeronáuticos e crimes de perigo.....	10
3. Condutas delitivas na aviação.....	11
3.1. Crimes propriamente aeronáuticos.....	11
3.2. Crimes impropriamente aeronáuticos .....	12
3.3. Contravenções penais aeronáuticas e infrações aeronáuticas .....	13
<b>Capítulo 2 – Atentado Contra a Segurança do Transporte Aéreo</b> .....	15
1. Elementos objetivos da primeira figura do art. 261: Atentado contra a segurança das aeronaves.....	16
1.1. Definição de aeronave para fins penais .....	16
1.2. Definição de transporte aéreo coletivo para fins penais.....	20
1.2.1. Transporte aéreo coletivo .....	20
1.2.2. Aeronaves de transporte aéreo público .....	22
1.2.3. Aeronaves em transporte aéreo coletivo .....	25
1.2-A. Perigo Concreto .....	25
1.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e delito de perigo para a vida de outrem.....	32
1.4. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e atentado contra a segurança de outro meio de transporte .....	34

1.5. atentado contra a segurança do transporte aéreo e delito de dano.....	35
1.6. atentado contra a segurança das aeronaves e seu objeto jurídico.....	36
1.7. atentado contra a segurança das aeronaves e a localização da aeronave.....	36
2. Elemento subjetivo da primeira figura do art. 261: atentado contra a segurança das aeronaves.....	37
2.1. Elemento subjetivo dolo e dolo eventual no art. 261 1ª figura.....	37
2.1.1. Casos concretos de elemento doloso de perigo: acidente do voo RICO 4815 e do voo <i>Beech</i> 58.....	42
2.2. Elemento subjetivo culpa no art. 261 – 1ª figura.....	47
2.2.1. Perigo culposo e delito de perigo para a vida de outrem.....	50
3. Elementos objetivos da segunda figura do art. 261: atentado contra a segurança da navegação aérea.....	50
3.1. Objeto jurídico do tipo: o sistema de navegação aérea.....	51
3.2. Perigo contra a segurança da navegação aérea e exaurimento da conduta.....	52
4. Elementos subjetivos da segunda figura do art. 261: atentado contra a segurança da navegação aérea.....	60
4.1. Elemento subjetivo dolo e dolo eventual no art. 261 – 2ª figura.....	60
4.2. Elemento subjetivo culpa no art. 261 2ª figura.....	60
5. Consumação e tentativa.....	60
6. Concurso de crimes.....	63
<b>Capítulo 3 Sinistro Aéreo e Causas Especiais de Aumento de Pena</b> .....	67
1. Sinistro em transporte aéreo.....	68
1.1. Definição de queda de aeronave para o delito de sinistro aéreo.....	68

1.2. Definição de destruição de aeronave para o delito de sinistro aéreo .....	71
1.3. Caso concreto de queda e destruição de aeronave: atentado contra o voo TAM 283.....	71
1.4. Distinção entre sinistro aéreo e desastre aéreo nos crimes contra os transportes .....	73
2. Atentado contra a segurança do transporte aéreo com fim de lucro.....	74
3. Causas especiais de aumento de pena.....	75
3.1. Elementos objetivos.....	75
3.2. Elementos subjetivos.....	77
3.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo culposos e majorantes do art. 121 do CP.....	79
3.4. Atentado contra a segurança do transporte aéreo culposos e perdão judicial.....	84
4. Classificação do crime.....	87
5. Multiplicidade de vítimas e de aeronaves no delito do art. 261 do CP.....	90
5.1. Valoração da multiplicidade de vítimas no delito do art. 261 do CP.....	90
5.2. Valoração da multiplicidade de aeronaves no delito do art. 261 do CP.....	95
5.3. Multiplicidade de vítimas: efeitos na dosimetria da pena .....	96
5.4. Conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos em acidentes aeronáuticos com multiplicidade de vítimas .....	98
6. Efeitos da condenação penal em delitos de perigo na aviação .....	102
6.1. Efeitos diretos da sentença condenatória .....	102
6.2. Efeitos indiretos da sentença condenatória .....	104
<b>Capítulo 4 – Crime de Atentado Contra a Segurança do Transporte Aéreo Militar.....</b>	<b>107</b>

1. Elementos objetivos do art. 283 do Código Penal Militar .....	107
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 283 do CPM .....	107
1.2. Perigo necessário para a adequação típica.....	110
1.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo militar e o crime de dano.....	110
2. Elementos subjetivos do art. 283 do Código Penal Militar .....	111
3. Consumação e tentativa.....	112
4. Valoração da multiplicidade de aeronaves no delito do art. 283 do CPM .....	114
5. Causas especiais de aumento de pena.....	114
6. Classificação do crime.....	116
<b>Capítulo 4-A – Passageiro Indisciplinado .....</b>	<b>117</b>
1. O passageiro indisciplinado .....	117
2. Adequação Típica .....	120
2.1. Modalidade de aeronave protegida pela norma penal .....	123
2.2. Sujeito ativo do delito .....	125
2.3. Modo de execução.....	126
2.4. Perigo .....	127
2.4.1. Perigo na 1ª figura do art. 261 do CP .....	127
2.4.2. Perigo na 2ª figura do art. 261 do CP.....	132
2.5. Elemento subjetivo  dolo.....	135
2.5.1. Imputabilidade de passageiro embriagado.....	138
2.5.2. Casos concretos de passageiros indisciplinados embriagados  TAM 8089 e TAM 8047 .....	142
2.6. Consumação .....	144
<b>Capítulo 5  Incêndio em Aeronave de Transporte Coletivo.....</b>	<b>147</b>
1. Elementos objetivos do tipo .....	147
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 250 do CP .....	148
1.2. Definição de incêndio para fins penais.....	148

1.3. Crime de incêndio em aeronave de transporte coletivo e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo .....	149
1.4. Fogo: crime de perigo a vida de outrem e crime de dano.....	149
1.5. Incêndio com objetivo financeiro .....	150
1.6. Incêndio e Lei de Crimes Ambientais: soltura de balões.....	150
1.7. Crime de incêndio em aeronave de transporte coletivo e crime contra a segurança nacional .....	151
2. Elementos subjetivos do tipo.....	152
3. Concurso de crime de incêndio com crime contra a vida.....	152
4. Causas especiais de aumento de pena.....	153
5. Consumação e tentativa.....	154
<b>Capítulo 6 – Explosão em Aeronave de Transporte Coletivo .....</b>	<b>155</b>
1. Elementos objetivos do tipo .....	156
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 251 do CP.....	156
1.2. Definição de explosivo para o delito do caput do art. 251 do CP.....	156
1.3. Definição de explosivo para a figura privilegiada do parágrafo 1º do art. 251 do CP.....	157
1.4. Qualificadoras e a figura privilegiada do parágrafo 1º do art. 251 do CP .....	158
1.5. Crime de explosão privilegiado e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo .....	160
1.6. Crime de explosão e o delito de sinistro aéreo .....	163
1.7. Crime de explosão na modalidade culposa.....	163
1.8. Crime de explosão de aeronave de transporte coletivo e crime contra a segurança nacional .....	163
2. Elementos subjetivos do tipo.....	164
3. Concurso de crime de incêndio com crime contra a vida.....	165
4. Causas especiais de aumento de pena.....	166
5. Consumação e tentativa.....	166

<b>Capítulo 6-A – Terrorismo a Bordo de Aeronaves</b> .....	169
1. Atos terroristas e crimes políticos: tipicidade .....	169
2. Atos ilícitos dolosos contra aeronaves: emprego de explosivos, gases tóxicos, conteúdos de contaminação e sabotagens .....	175
2.1. Crime de terrorismo .....	175
2.2. Crime político.....	180
3. Atos ilícitos dolosos contra aeronaves: apoderamento ilícito.....	182
3.1. Crime de terrorismo.....	182
3.2. Crime político.....	186
3.3. Tipificação especial do crime de apoderamento ilícito de aeronave.....	188
3.4. Casos concretos de apoderamento ilícito de aeronave no Brasil .....	190
4. Assunção de responsabilidade civil pela União .....	196
5. Excludentes de responsabilidade civil da União .....	198
<b>Capítulo 7 – Condução de Aeronave sob Efeito de Drogas</b> .....	201
1. Elementos objetivos do tipo .....	201
1.1. Sujeito ativo do art. 39 da Lei de Drogas .....	202
1.1.1. Qualidade de crime comum .....	202
1.1.2. Comandante da aeronave e copiloto .....	202
1.1.3. Piloto de veículo aéreo não tripulado - VANT .....	203
1.1.4. Controladores de voo.....	204
1.1.5. Aeroviários em atividades de reboque de aeronaves.....	205
1.2. Definição de aeronave para o delito do art. 39 da Lei de Drogas .....	206
1.3. Delimitação temporal do momento do consumo de drogas para o delito do art. 39 da Lei de Drogas .....	207
1.4. Definição de drogas para o delito do art. 39 da Lei de Drogas .....	208
1.5. Perigo concreto para adequação típica.....	208

2. Crime de condução de aeronave de transporte coletivo sob efeito de drogas e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo.....	209
3. Elementos subjetivos do tipo.....	210
4. Inimputabilidade penal especial da Lei de Drogas.....	211
5. Consumação e tentativa.....	213
6. Supervisão das tripulações e condução de aeronaves sob efeito de drogas.....	214

## **Capítulo 8 – Homicídio e Lesão Corporal em Acidentes**

<b>Aeronáuticos</b> .....	217
1. Elementos objetivos do tipo .....	218
1.1. Transporte aéreo e patologias de voo.....	219
2. Elementos subjetivos do tipo.....	221
3. Consumação e tentativa.....	222
4. Crimes contra a vida e delitos de perigo à incolumidade pública: adequada tipificação em acidentes aeronáuticos.....	222
4.1. Dolo de perigo contra aeronaves em acidentes aeronáuticos.....	222
4.2. Concurso de crime contra a vida com delito contra a incolumidade pública.....	223
4.2.1. Caso concreto de concurso de crimes: atentado contra o voo TAM 283 .....	225
4.3. Concurso entre crime contra a vida com crime de explosão ou incêndio em aeronave de transporte coletivo .....	228
4.4. Crimes de homicídio e lesão corporal culposa em acidentes aeronáuticos .....	229
5. Causas de aumento do art. 263 do CP e concurso de crimes: influências no cálculo da pena .....	230
5.1. Dosimetria da pena do delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo e homicídio culposo.....	230
5.2. Dosimetria da pena do delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo e lesão corporal culposa .....	233

<b>Capítulo 9 – Falsidade Ideológica na Confeção de Plano de Voo</b> .....	235
1. Panorama Geral .....	235
1.1. Exigência legal de operação aérea em pistas regulares.....	236
1.2. Helicópteros e assistência a localidades sem pistas regulares.....	240
1.3. Exigência legal de autorização para o uso do espaço aéreo.....	242
1.4. Falsidade no plano de voo e o perigo para a aviação.....	243
2. Elementos objetivos do tipo .....	245
3. Elementos subjetivos do tipo.....	247
4. Consumação e tentativa.....	247
5. Concurso do crime de falsidade ideológica com delitos de perigo.....	248
6. Excepcionalidades à operação em pistas regulares.....	251
6.1. Operação aeroagrícola e pistas de pouso não certificadas .....	251
6.2. Aeronaves ultraleves e sítios de voo .....	253
6.3. Aeronaves militares, públicas e aeródromos civis regulares.....	255
<b>Capítulo 9-A Transporte Aéreo Clandestino</b> .....	261
1. Definição .....	261
2. Operação aérea privada e comercial .....	263
3. Crime Aeronáutico .....	266
4. Crime contra as relações de consumo .....	272
4.1. Oferta falsa ou enganosa .....	273
4.2. Publicidade enganosa ou abusiva .....	276
4.3. Execução irregular de serviço de alta periculosidade.....	281
4.4. Estelionato Especial .....	285
5. Transporte aeromédico deficiente ou clandestino .....	289
5.1. Adequação típica .....	289
5.2. Estado de necessidade, inexigibilidade de conduta diversa e improbidade administrativa .....	291
5.3. Crime contra a vida e a integridade física .....	293
5.4. Crime contra as relações de consumo .....	294

<b>Capítulo 10 – Tráfico de Drogas Mediante Emprego de Aeronave.....</b>	<b>299</b>
1. Elementos objetivos do tipo .....	300
2. Elementos subjetivos do tipo.....	303
3. Consumação e tentativa.....	305
4. Perda da aeronave em decorrência de atividades de tráfico de drogas.....	306
4.1. Pena de perdimento de bens .....	306
4.2. Apreensão e perdimento de aeronave: requisitos legais .....	308
4.3. Emprego operacional de aeronaves apreendidas .....	312
4.4. Ordem judicial de registro provisório e requisitos de segurança de voo .....	315
4.5. Guarda de aeronaves apreendidas e sua depreciação econômica.....	317
5. A Lei 9.614, de 5 de março de 1998, e o direito internacional .....	320
5.1. A Lei 9.614/98 e suas regulamentações.....	320
5.2. O Protocolo de Montreal de 1984 e seu conteúdo normativo .....	322
5.3. O Protocolo de Montreal de 1984 e a legítima defesa internacional .....	324
5.4. O Protocolo de Montreal de 1984 e o direito interno brasileiro .....	325
5.5. O Protocolo de Montreal de 1984 e o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade .....	329
5.6. A Lei 9.614/98 e as ações de segurança do Estado Brasileiro .....	334
<b>Capítulo 11 – Crimes Omissivos e a Posição de Garante na Segurança da Aviação .....</b>	<b>341</b>
1. Considerações iniciais.....	341
2. As omissões próprias nos crimes aeronáuticos .....	342
2.1. Omissão de socorro no transporte aéreo de enfermos e no atendimento de pacientes por médico-passageiro .....	343
3. As omissões impróprias nos crimes aeronáuticos .....	345
3.1. Crimes omissivos impróprios .....	345

3.2. Tipos penais por omissão imprópria .....	347
3.3. Elementos do tipo omissivo impróprio .....	348
3.4. Omissões impróprias na aviação: operadores aéreos e inspetores de aviação.....	353
3.4.1. Caso concreto de omissão imprópria na aviação: acidente do voo TAM 3054.....	357
<b>Capítulo 12 – Injusto Doloso em Acidentes Aeronáuticos .....</b>	<b>361</b>
1. Considerações iniciais.....	361
2. Elementos constitutivos da conduta dolosa .....	362
3. Tipos de condutas dolosas .....	363
3.1. Dolo direito ou dolo de primeiro e segundo grau.....	363
3.2. Dolo eventual.....	364
4. Acidente aeronáutico: dolo de perigo e dolo de dano.....	364
5. Casos concretos de injusto doloso em acidente aeronáutico: PT-NBP (corisco) e PU-PEK (experimental).....	367
<b>Capítulo 13 – Injusto Culposo em Acidentes Aeronáuticos.....</b>	<b>373</b>
1. Considerações iniciais.....	373
2. Elementos constitutivos e características da conduta culposa.....	374
2.1. Conduta humana.....	374
2.2. Inobservância aos deveres objetivos de cuidado .....	374
2.3. Tipicidade e Just Culture.....	375
2.4. Previsibilidade do resultado .....	379
2.4.1. Risco permitido e erro humano.....	385
2.5. Nexo de causalidade .....	387
2.6. Modalidades da culpa.....	390
3. Caso concreto de injusto culposo em acidente aeronáutico: acidente do voo VARIG 254 .....	391
4. Atividade de risco e responsabilidade de gestores .....	395
4.1. Obrigações de segurança dos gestores da aviação.....	395

4.2. Caso concreto de responsabilização criminal de gestores da aviação: acidente do voo TAM 3054.....	397
5. Atividade de risco e erro profissional: casos concretos.....	403
5.1. Acidente aéreo e erro profissional: acidente com helicóptero da Marinha do Brasil – Super-Lynx (AH-11A) .....	403
5.2. Acidente aéreo e elevado risco permitido: acidente com helicóptero da Força Aérea Brasileira Bell 205.....	405
5.3. Resultados atípicos ou incomuns nas atividades de risco: incidente do voo 140 da All Nippon Airways .....	407
6. Concorrência de culpas em acidente aeronáutico.....	409
6.1. Concorrência de culpas na aviação.....	409
6.2. Efeitos penais da concorrência de culpas .....	410
6.3. Caso concreto de concorrência de culpas na aviação: acidente com o voo GOL 1907.....	411
<b>Capítulo 14 – Direção não Licenciada de Aeronave.....</b>	<b>417</b>
1. Elementos objetivos do tipo contravencional .....	417
1.1. Perigo abstrato e perigo concreto: adequação típica.....	420
1.2. Operação aérea com habilitação ou licença vencida .....	422
2. Elementos subjetivos, consumação e tentativa do tipo contravencional.....	423
<b>Capítulo 15 – Abuso na Prática da Aviação.....</b>	<b>425</b>
1. Elementos objetivos do tipo contravencional .....	425
1.1. Perigo abstrato e perigo concreto: adequação típica.....	426
1.2. Definição de voo rasante para a contravenção penal do art. 35 da LCP .....	428
1.3. Definição de pouso em locais não destinados a esse fim para a contravenção penal do art. 35 da LCP.....	429
1.4. Excepcionalidades ao tipo contravencional de pouso em locais não destinados a esse fim.....	430
2. Elementos subjetivos, consumação e tentativa do tipo contravencional.....	433

<b>Capítulo 16 – Infrações Aeronáuticas .....</b>	<b>435</b>
1. Competência para o exercício de poder de polícia.....	435
2. As Infrações Aeronáuticas.....	437
2.1. Infrações aeronáuticas e o Princípio da Legalidade .....	437
2.2. Tipicidade punitiva das infrações aeronáuticas.....	439
2.3. Solidariedade infracional entre o operador aéreo e seus prepostos .....	440
2.4 Vinculações das sanções administrativas aeronáuticas .....	441
2.5. Sujeição passiva ao poder de polícia das autoridades da aviação civil.....	441
2.6. O Princípio da Continuidade dos Voos Comerciais .....	442
2.7. Prescrição da pretensão punitiva do poder de polícia das autoridades de aviação civil.....	443
2.8. A independência da instância administrativa aeronáutica e o <i>ne bis in idem</i> .....	444
3. Infração Aeronáutica de condução de aeronave sob efeito de drogas ou sob efeito de álcool .....	445
3.1. Tipificação infracional.....	446
3.2. Delimitação temporal do momento do consumo de substâncias psicoativas ou de drogas para o tipo infracional .....	447
3.3. Sujeito ativo do tipo infracional .....	448
3.4. Definição de drogas e de substâncias psicoativas para o tipo infracional e repercussões criminais.....	448
<b>Capítulo 17 – Jurisdição Brasileira em Crimes Aeronáuticos .....</b>	<b>451</b>
1. Territorialidade e extraterritorialidade criminal .....	452
2. Jurisdição brasileira e as infrações em aeronaves .....	454
2.1. Elementos territoriais da jurisdição.....	454
2.2. Princípio da Territorialidade Atenuada.....	455
2.3. Local do crime e a teoria da ubiquidade.....	456
2.4. Jurisdição brasileira e a Convenção de Tóquio de 1963 .....	458

2.5. Convenção de Tóquio de 1963 e o Princípio da Continuidade dos Voos Comerciais .....	461
2.6. Jurisdição brasileira e convenções especiais.....	461
2.6.1. Convenção de Haia de 1970.....	463
2.6.2. Convenção de Montreal de 1971 .....	465
3. Aeronaves brasileiras e a jurisdição penal.....	466
3.1 Aeronaves brasileiras no território nacional e em alto-mar.....	466
3.2. Aeronaves privadas brasileiras no exterior.....	467
3.3. Aeronaves brasileiras e a lei penal militar brasileira.....	467
4. Aeronaves estrangeiras e a jurisdição penal .....	468
4.1. Aeronaves estrangeiras privadas no Brasil .....	468
4.2. Aeronaves estrangeiras privadas em alto-mar ou em território de outros Estados .....	469
4.3. Aeronaves estrangeiras privadas e crimes à distância .....	469
4.3.1. Caso concreto de jurisdição criminal e crimes a distância: acidente do voo Air France 447.....	470
4.4. Aeronaves estrangeiras estatais no Brasil.....	472
4.5. Aeronaves estrangeiras e a lei penal militar brasileira.....	472
4-A. Jurisdição em crimes ocorridos no espaço cósmico .....	472
5. O Poder disciplinar do comandante de aeronave .....	474

## PARTE II:

### DIREITO PROCESSUAL PENAL AERONÁUTICO

<b>Capítulo 18 Competência Criminal em Crimes Aeronáuticos .....</b>	<b>481</b>
1. Competência de Justiça.....	481
1.1. Competência da Justiça Federal: infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.....	481
1.1.1. Elemento de atração: serviços federais.....	482
1.1.2. Elemento de atração: interesse federal .....	487

1.1.3. Serviços federais e interesse federal: influência do elemento subjetivo do tipo penal .....	491
1.2. Competência da Justiça Federal: os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar .....	494
1.2.1. Delimitação da expressão “a bordo de aeronaves” .....	494
1.2.2. Crimes cometidos a bordo de aeronaves e a teoria da ubiquidade .....	496
1.2.3. Localização da aeronave, tipo penal e elemento subjetivo do tipo .....	499
1.3. Crimes militares e crimes federais.....	501
1.4. Crimes eleitorais e crimes federais .....	504
1.5. Contravenções penais cometidas a bordo de aeronaves .....	505
1.6. Lei do Abate e competência criminal.....	509
2. Competência territorial .....	511
2.1. Competência territorial em acidentes aeronáuticos e delitos de perigo aéreo .....	511
2.2. Competência territorial e conflito de competência entre Justiça Federal e Estadual.....	512
2.3. Competência territorial e crimes a distância transnacional .....	515
2.4. Competência territorial e extraterritorialidade da lei brasileira .....	517
2.5. Competência territorial e crimes cometidos a bordo de aeronaves .....	518

## **Capítulo 19 – O Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes**

<b>Aeronáuticos Sipaer: Fontes Formais e Competência .....</b>	<b>523</b>
1. Considerações iniciais.....	523
2. Fontes formais do Sipaer e Atos Internacionais sobre direito aeronáutico.....	523
3. Plano de eficácia material das normas do Sipaer .....	531
4. Competência administrativa da investigação Sipaer.....	536

4.1. Aeronaves civis brasileiras no território nacional .....	536
4.2. Aeronaves militares brasileiras e estrangeiras .....	538
4.3. Aeronaves em transporte aéreo internacional: aeronaves civis estrangeiras em qualquer lugar e aeronaves civis brasileiras no estrangeiro ou em espaço aéreo internacional .....	540
4.4. Designação de representantes acreditados .....	542
5. O Sistema de Busca e Salvamento .....	544
5.1. O sistema de busca e salvamento e a investigação de acidentes aeronáuticos .....	544
5.2. Assistência e salvamento de astronautas e objetos lançados ao espaço cósmico .....	546
<b>Capítulo 20 – Normas Legais e Princípios Jurídicos da Investigação Aeronáutica .....</b>	<b>551</b>
1. Normas legais e orientações da Organização Internacional da Aviação Civil - OACI .....	551
2. Os princípios jurídicos do Sipaer e a Lei 12.970/2014 .....	555
2.1. Princípio da Preservação da Vida Humana .....	555
2.2. Princípio da Neutralidade Jurisdicional e Administrativo-Disciplinar .....	557
2.2.1. A dogmática especulativa da investigação aeronáutica.....	557
2.2.2. A investigação aeronáutica e a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório .....	560
2.2.3. Neutralidade e independência da investigação aeronáutica .....	563
2.2.4. A <i>delatio criminis</i> apresentada pelos investigadores do Sipaer .....	566
2.3. Princípio da Proteção e Sigilo da Fonte, Princípio da Confiança e Princípio da Participação Voluntária .....	571
2.3.1. O emprego das informações Sipaer em processos judiciais.....	573
2.3.2. O sigilo das fontes e informações do Sipaer .....	584

2.3.3. O sigilo de dados de prevenção de acidentes aeronáuticos e a Lei 12.527/2011 .....	589
2.4. Princípio da Máxima Eficácia Preventiva.....	592
2.4.1. Hipóteses e condições indiretas como fatores contribuintes.....	592
2.4.2. Teoria <i>conditio sine quo non</i> e análise causal aeronáutica.....	596
<b>Capítulo 21 A Produção de Provas em Processos Judiciais Relacionados a Acidentes Aeronáuticos e a Lei 12.970/2014.....</b>	<b>599</b>
1. Considerações iniciais.....	599
2. As informações prestadas voluntariamente ao Sipaer e a Lei 12.970/2014 .....	600
2.1. Os entrevistados pelo Sipaer e as testemunhas de processos judiciais.....	600
2.2. Os entrevistados pelo Sipaer e o Princípio da Vedação à Autoincriminação.....	602
2.3. As informações do <i>Safety Report</i> e sua proteção jurídica .....	605
3. Os investigadores aeronáuticos, as testemunhas e os peritos.....	607
3.1. Os investigadores aeronáuticos e a função de testemunha.....	607
3.2. Os investigadores aeronáuticos e a função de perito .....	610
3.3. Os investigadores aeronáuticos e a prestação de esclarecimentos sobre a investigação aeronáutica .....	612
4. A prioridade investigativa do Sipaer .....	614
4.1. A prioridade investigativa do Sipaer, o Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código de Processo Penal .....	614
4.2. A prioridade investigativa do Sipaer e o interesse público.....	620
4.3. A prioridade investigativa do Sipaer e a perícia policial no local do acidente.....	625
5. O compartilhamento das informações do acidente e a Lei 12.970/2014 .....	631

5.1. Compartilhamento de informações de comunicação e de dados de desempenho de aeronaves acidentadas.....	631
5.2. Compartilhamento de laudos técnicos especializados .....	634
5.3. Intervenção judicial para o compartilhamento de informações do Sipaer .....	640
5.4. Prévia manifestação do representante judicial da autoridade Sipaer para o compartilhamento de informações.....	643
<b>Capítulo 22 As Incompatibilidades da Investigação Aeronáutica com o Processo Judicial e a Lei 12.970/2014 .....</b>	<b>645</b>
1. Considerações iniciais.....	645
2. A incompatibilidade objetiva da investigação aeronáutica com o processo judicial.....	646
3. A incompatibilidade técnica da investigação aeronáutica com o processo judicial.....	649
3.1. As recomendações de segurança de voo e determinação de autoria delitiva .....	650
3.2. A dogmática especulativa da investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial .....	653
3.2.1. O nexa causal na dogmática da investigação aeronáutica .....	653
3.2.2. O nexa causal na dogmática penal.....	656
3.2.3. As hipóteses construídas pela investigação aeronáutica e o processo judicial.....	658
3.2.4. As hipóteses e o Princípio da Verdade Real.....	661
3.3. A amplitude da teoria <i>conditio sine qua non</i> na investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial.....	663
3.3.1. Teoria <i>conditio sine qua non</i> no direito penal.....	663
3.3.2. Teoria <i>conditio sine qua non</i> na investigação aeronáutica e aeronavegabilidade continuada.....	666
3.3.3. Caso concreto do emprego amplo da teoria <i>conditio sine qua non</i> : acidente com o voo TAM 3054.....	668
3.3.3.1. Aeronavegabilidade continuada.....	668

3.3.3.2. Condição Indireta .....	672
3.3.4. Efeitos do nexu causal amplo da investigação aeronáutica no processo judicial .....	676
3.4. A limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial .....	677
3.4.1. A limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica e a doutrina <i>Just Culture</i> .....	677
3.4.2. Efeitos da limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica no processo judicial .....	681
4. A investigação aeronáutica e a qualidade de prova ilícita para fins judiciais .....	683
4.1. Ilicitude por violação de dispositivo legal expreso .....	683
4.2. Ilicitude por inobservância de garantias constitucionais .....	686
5. A investigação aeronáutica como meio de prova indiciária e o recebimento de denúncia criminal .....	690
<b>Capítulo 23 A Investigação Aeronáutica e o Processo Judicial: Análise de Casos Concretos e Jurisprudência .....</b>	<b>695</b>
1. O caráter especulativo da investigação aeronáutica e suas repercussões no processo judicial: estudos de casos concretos .....	695
2. Casos concretos .....	696
2.1. Nordeste NEE 115: acidente aeronáutico com voo regional da Nordeste Linhas Aéreas em 1991 .....	696
2.2. TAM PT-SBH: acidente aeronáutico com voo regional da TAM Transportes Aéreos Regionais em 1983 .....	709
2.3. Transbrasil TB 202: acidente aeronáutico com voo comercial da Transbrasil Linhas Aéreas em 2000 .....	714
2.4. LASA PT-KNE: acidente aeronáutico com voo de serviço aéreo especializado da LASA Engenharia e Prospecções S/A em 2001 .....	723
3. Desenvolvimento jurisprudencial do tema .....	731

## APÊNDICES

**Apêndice “A” – Crimes Contra as Telecomunicações Aeronáuticas:**

<b>Tipicidade da Conduta e Princípio da Insignificância.....</b>	<b>745</b>
1. Considerações Gerais.....	745
2. A segurança das telecomunicações aeronáuticas.....	746
2.1. Características das telecomunicações na aviação.....	746
2.1.1. As comunicações aeronáuticas.....	747
2.1.2. A navegação aérea.....	750
2.2. Efeitos deletérios no uso indisciplinado das comunicações na aviação .....	751
2.2.1. Cidades isoladas e o sistema de telecomunicações aeronáuticas .....	751
2.2.2. Baixa potência das rádios clandestinas e efeitos na aviação.....	752
2.2.3. Localização das rádios clandestinas e efeitos na aviação.....	753
2.2.4. Rádios clandestinas e interferências eletromagnéticas .....	754
3. Tipicidade penal da conduta de exploração clandestina de radiodifusão .....	755
3.1. Art. 70 do CBT e art. 183 da Lei das Teles .....	755
3.2. Tipificação penal: visão doutrinária.....	757
3.3. Tipificação penal: visão dos Tribunais Superiores .....	759
4. O Princípio da Insignificância no crime de telecomunicações clandestinas comunitárias e a segurança da aviação e de serviços públicos essenciais.....	764
4.1. O Princípio da Insignificância.....	764
4.2. O Princípio da Insignificância das rádios comunitárias clandestinas e o STJ.....	764
4.3. O Princípio da Insignificância das rádios comunitárias clandestinas e o STF.....	766
4.3.1. Ausência de ofensividade da conduta de exploração clandestina de rádios comunitárias.....	768

4.3.2. Baixa reprovabilidade da conduta de exploração clandestina de rádios comunitárias.....	772
5. Princípio da Insignificância versus atipicidade formal .....	775
6. Princípio da Insignificância e exploração de serviço de internet clandestina.....	778
7. Considerações finais.....	780
<b>Apêndice “B” – Soltura de “Balões sem Fogo”: A Inconstitucionalidade de Leis Municipais que Autorizam essa Prática e a Tipicidade Criminal da Conduta .....</b>	<b>785</b>
1. Considerações Iniciais.....	785
2. A inconstitucionalidade formal de leis municipais que legislem sobre direito aeronáutico.....	787
2.1. Competência legislativa em matérias de uniformidade nacional.....	787
2.2. Competência legislativa suplementar dos Estados.....	788
2.3. Competência legislativa suplementar dos Municípios.....	789
2.4. Competência legislativa em direito aeronáutico.....	790
2.5. Inconstitucionalidade formal por vício de competência legislativa .....	791
3. A tipificação penal da conduta de soltar balões sem fogo.....	795
3.1. Crime ambiental.....	795
3.2. Crime aeronáutico .....	797
3.2.1. Perigo contra a segurança da aviação .....	797
3.2.2. Elementos objetivos do tipo.....	800
3.2.3. Elementos subjetivos do tipo.....	803
3.2.4. Caso concreto de perigo produzido por balão contra a segurança da aviação: incidente do voo TAM 3756.....	805
4. A existência de lei municipal autorizando a conduta de soltar balões sem fogo e suas repercussões no direito penal .....	806
5. Considerações finais.....	811
<b>Bibliografia.....</b>	<b>813</b>